



AUGUSTO, Bruno Cezar Bio*

<https://orcid.org/0000-0002-6896-440X>

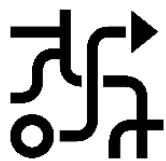
RESUMO: Este artigo analisa os ataques guaicurus ao Presídio de Coimbra, na capitania de Mato Grosso, entre 1777 e 1778, a partir das cartas do sargento-mor Marcelino Roiz, lidas não apenas como relatos administrativos, mas como registros de uma fronteira em permanente disputa. Sustenta-se que o episódio deve ser compreendido como evidência da agência indígena no interior das estruturas militares coloniais, uma vez que os guaicurus não figuram apenas como inimigos externos da ocupação portuguesa, mas como sujeitos históricos capazes de negociar, observar, testar, atacar e comprometer a sustentação material do presídio. Ao reconstituir a aproximação diplomática, as trocas de presentes, a entrada dos indígenas na fortificação, a ruptura violenta, as baixas da guarnição e a posterior destruição dos roçados, demonstra-se que a guerra, nesse contexto, operou como prática relacional e instrumento de intervenção política sobre o espaço colonial. Em diálogo com a Antropologia da Guerra Indígena, com a New Conquest History e com a Nova História Indígena, o caso permite deslocar o foco da narrativa colonial e perceber os guaicurus como protagonistas de um processo em que a fortificação portuguesa se revela menos como símbolo de domínio estável e mais como estrutura vulnerável. Desse modo, a guerra é interpretada como linguagem histórica de ação, disputa e protagonismo na fronteira Oeste da América portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE: Guaicurus; guerra indígena; fronteira colonial

ABSTRACT: In this article, I examine the Guaicuru attacks on the Presidio of Coimbra, in the captaincy of Mato Grosso, between 1777 and 1778, based on the letters of Sergeant Major Marcelino Roiz, which I read not as mere administrative reports but as records of a frontier under constant dispute. I argue that this episode should be understood as evidence of Indigenous agency within colonial military structures, since the Guaicuru did not appear merely as external enemies of Portuguese occupation, but as historical actors capable of negotiating, observing, testing, attacking, and undermining the material support of the presidio. By reconstructing the diplomatic approach, the exchange of gifts, the entry of Indigenous actors into the fortification, the violent rupture, the casualties among the garrison, and the subsequent destruction of crops, I demonstrate that warfare in this context operated as a relational practice and as an instrument of political intervention in colonial space. In dialogue with the Anthropology of Indigenous Warfare, the New Conquest History, and the New Indigenous History, I contend that the Coimbra case allows us to shift the focus away from the colonial narrative and to perceive the Guaicuru as protagonists in a process in which the Portuguese fortification appears less as a symbol of stable domination and more as a vulnerable structure. Thus, I propose interpreting war not as an essentialized attribute of Indigenous peoples, but as a historical language of action, dispute, and protagonism on the western frontier of Portuguese America.

KEYWORDS: Guaicuru; Indigenous warfare; colonial frontier

* Doutor em História, com pesquisa voltada à América portuguesa, às fronteiras coloniais e à capitania de Mato Grosso no século XVIII. É professor de História do Brasil Império na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: bbioagusto@icloud.com.

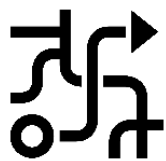


INTRODUÇÃO

A guerra é, desde longa data, um dos objetos mais persistentes da historiografia. Ela comparece como tema clássico da História Militar e da Nova História Militar, mas também como problema transversal da história política, social, cultural e antropológica. No terreno da História Indígena, em particular nas últimas décadas, deixou de ser lida apenas como atributo essencializado de coletividades nativas e passou a ser compreendida como prática histórica situada, ou seja, inseparável das relações de contato, dos processos de conquista, das transformações coloniais e das formas concretas de agência indígena. É justamente nesse horizonte que o episódio dos ataques guaicurus ao Presídio de Coimbra, em 1777 e 1778, torna-se pertinente.

O caso narrado em cartas do sargento-mor Marcelino Roiz ao capitão-general Luís de Albuquerque (BR MTAPMT FC-CA-0014; BR MTAPMT FC-CA-0025; BR MTAPMT FC-CA-0027) permite acompanhar uma sequência documental de aproximação diplomática, trocas de presentes, negociação de gado e cavalos, circulação de intérpretes, entrada de indígenas no interior da fortificação, festa noturna, desorganização da guarda, assalto, mortos e feridos, medo recorrente, vigilância militar, roças destruídas e pedidos de socorro material para a sobrevivência da guarnição. Longe de registrar apenas um episódio militar isolado, esse conjunto de documentos expõe um problema estrutural a respeito da fronteira do rio Paraguai, que não era controlada de forma linear pela Coroa portuguesa, e sim disputada de maneira cotidiana por diferentes autores, entre os quais os guaicurus, que ocupavam posição decisiva. As cartas de Marcelino, escritas no interior da crise, revelam não só a precariedade da organização defensiva de Coimbra, no Oeste da América portuguesa, mas também a capacidade indígena de observar, testar, negociar, atacar, cercar e constranger os ritmos da presença colonial.

Este artigo sustenta que o episódio não deve ser interpretado como simples prova da *ferocidade* guaicuru, nem como anedota local de uma fortificação mal administrada. Ao contrário, a investigação constitui excelente observatório para pensar a guerra como linguagem de agência indígena na América portuguesa setecentista. A documentação permite perceber que os guaicurus atuaram não apenas no momento do choque armado, mas em muitas situações de fronteira,

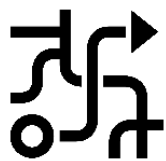


sondando a guarnição, mobilizando expectativas de amizade, acionando códigos diplomáticos, avaliando as fraquezas do presídio, produzindo baixas, impondo um regime continuado de insegurança e atacando, inclusive, as bases alimentares do posto.

A reflexão proposta dialoga com três conjuntos historiográficos e antropológicos. Em primeiro lugar, com o debate travado no interior da antropologia da guerra indígena, que recusou a leitura da violência indígena como expressão natural ou endêmica de sociedades pretensamente isoladas, chamando a atenção para a centralidade da expansão estatal, das economias coloniais e das zonas de contato na produção histórica dos conflitos (Ferguson; Whitehead, 1992). Douglas Bamforth, por sua vez, representa uma vertente que insistiu na relevância de padrões de longa duração na discussão sobre guerra indígena, demonstrando que o debate é mais complexo do que a simples oposição entre paz e guerra colonial (Bamforth, 1994).

Essa revisão precisa ser situada também no interior de uma produção acadêmica recente sobre guerra indígena na América portuguesa, particularmente interessada em compreender os povos originários não apenas como vítimas ou obstáculos da colonização, mas como sujeitos capazes de atuar em campos militares, diplomáticos e políticos atravessados pela expansão colonial. O estudo de Kalina Vanderlei Silva sobre a chamada *Guerra dos Bárbaros*, por exemplo, demonstra que as guerras dos sertões não podem ser entendidas apenas como confrontos entre tropas coloniais e *índios hostis*, pois nelas os indígenas atuaram tanto como adversários da conquista quanto como agentes integrados às suas forças, interferindo na formação de táticas, estratégias e repertórios militares do mundo colonial (Silva, 2019).

Nessa esteira, a contribuição de Wania Alexandrino Viana, voltada à capitania do Pará, reforça esse ponto ao mostrar que a defesa colonial, sobretudo em espaços de fronteira, dependia da presença indígena em atividades de vigilância, deslocamento, combate, logística e expansão territorial, compondo aquilo que a autora define como uma defesa luso-indígena (Viana, 2019). Tais abordagem me permitem recolocar o episódio de Coimbra em uma guerra que não era apenas ação produzida contra os indígenas ou pelos indígenas, mas um campo relacional no qual



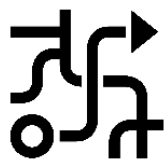
a própria dominação colonial se construíra de maneira instável, compósita e negociada.

Diante disso, em segundo lugar, a análise se aproxima das formulações de Manuela Carneiro da Cunha e Eduardo Viveiros de Castro acerca da guerra tupinambá. Embora não se trate de transpor mecanicamente o modelo tupi para os guaicurús, a proposição de que certas sociedades não preexistem à guerra, mas se constituem em torno dela, é útil para recusar explicações meramente eventuais ou superficiais do conflito (Cunha; Viveiros de Castro, 1985). Por fim, este artigo se ancora na *New Conquest History* de Matthew Restall e na Nova História Indígena brasileira, sobretudo em John Manuel Monteiro e Maria Regina Celestino de Almeida, ao buscar enfatizar agência, protagonismo e capacidade indígena de redefinir os próprios processos de conquista e colonização (Restall, 2012; Monteiro, 2001; Almeida, 2010, 2013).

Do ponto de vista metodológico, a leitura aqui proposta toma as cartas de Marcelino não como fato verídico, mas como escrita colonial de situação, ou seja, documentos que informam sobre movimentos, ataques, perdas e carências, e também sobre medo, ressentimento, expectativas frustradas, acusações internas e tentativas de convencer o governo acerca da urgência de reforços. Ler essa documentação *a contrapelo*, utilizando a expressão de Benjamin (2012), significa reconhecer seu viés colonial, sem, contudo, reduzir os indígenas a um silêncio absoluto. Em muitos momentos, a própria retórica de Marcelino, forjada para denunciar a crise, acaba por revelar a eficácia da ação guaicura. Assim, se a fonte trazida neste trabalho é produzida pelo colono, o acontecimento que ela deixa entrever é, em grande medida, produzido por protagonismo indígena.

GUERRA, DOCUMENTAÇÃO E FRONTEIRA: ALGUMAS NOTAS DE MÉTODO

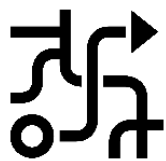
O sentido em que este artigo emprega a noção de *agência indígena* não se trata de supor liberdade plena de ação dos povos originários e nem de atribuir aos guaicurús uma autonomia abstrata diante das pressões coloniais. Agência, aqui, designa uma capacidade historicamente situada de intervenção. Isto é, a possibilidade de sujeitos e coletividades indígenas atuarem dentro de relações assimétricas,



mobilizando repertórios próprios de negociação, circulação, violência, aliança, observação e cálculo político. Nesse sentido, a agência não se opõe à dominação, mas se manifesta precisamente no interior de situações marcadas por coerção, dependência, disputa e instabilidade. A reflexão antropológica de Sherry Ortner sobre poder e projetos ajuda a pensar essa capacidade de ação sem retirá-la dos constrangimentos históricos que a condicionam (Ortner, 2007). No caso analisado, a intervenção guaicuru aparece tanto na aproximação diplomática quanto no ataque, tanto na demanda por presentes quanto no controle das roças, tanto na circulação pelo terreno quanto na capacidade de impor medo e desorganizar a guarnição portuguesa.

Uma das contribuições mais importantes da história indígena recente foi romper com o hábito historiográfico de localizar os povos originários apenas nos bastidores da colonização. Maria Regina Celestino de Almeida observou, em síntese hoje clássica, que as novas leituras sobre os indígenas na história do Brasil resultaram menos do aparecimento de documentos inéditos do que de novas perguntas e interpretações, capazes de trazê-los dos bastidores ao palco (Almeida, 2010; Almeida, 2017). A formulação é decisiva para esta investigação, pois não faltavam referências a populações indígenas na documentação administrativa de Mato Grosso, mas o problema é que, por muito tempo, essas menções foram lidas apenas como ruído periférico da ação metropolitana, das autoridades locais ou das redes mercantis coloniais. Ao reorientar o foco, torna-se possível ver que os guaicurus não entram no caso de Coimbra como obstáculo natural ao avanço português, mas como sujeitos históricos que impunham condições ao próprio processo de ocupação.

Em vários momentos de sua obra, John Manuel Monteiro insistiu que a História Indígena exige deslocar o olhar do historiador, combinando atenção aos arquivos coloniais com instrumental analítico capaz de perceber mediações, traduções, negociações e resistência. Em vez de partir de categorias pré-estabelecidas da administração portuguesa, é necessário interrogar a documentação quanto às formas pelas quais ela registra e, ao mesmo tempo, deforma a presença indígena (Monteiro, 1994; Monteiro, 2001). Esse procedimento é especialmente produtivo para uma fonte como a de Marcelino, que, ao explicar por que o Forte de

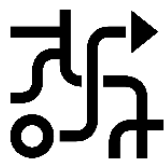


Coimbra se encontrava em situação crítica, acabou documentando uma fronteira em que os guaicurus ditavam boa parte dos movimentos.

A contribuição de Silva (2019) ajuda a refinar essa leitura metodológica. Ao estudar a *Guerra dos Bárbaros*, a autora observa que a própria estrutura militar colonial pode servir como “luneta” para perceber a agência indígena, uma vez que a documentação administrativa, mesmo cultivando o anonimato dos sujeitos nativos, deixa entrever sua presença recorrente nos conflitos do sertão. Esse procedimento é particularmente pertinente para as cartas de Marcelino, que não foram escritas para registrar a racionalidade política guaicuru, mas para justificar perdas, denunciar perigos e solicitar providências ao governo. Ainda assim, justamente porque descrevem a crise do presídio, tonam visível a capacidade indígena de intervir no funcionamento da estrutura militar portuguesa.

Esse ponto aproxima o caso daquilo que Matthew Restall denominou de *New Conquest History*. Para o autor, a historiografia revisionista demonstrou a narrativa triunfalista da conquista ao recolocar no centro indígenas, africanos, aliados locais, intérpretes e outras figuras obscurecidas pela ênfase nos conquistadores europeus (Restall, 2012). E, embora Restall pense sobretudo o mundo hispânico, seu princípio analítico é útil à América portuguesa ao indicar que os processos de conquista e consolidação territorial não podem ser descritos como simples imposição metropolitana, pois foram permanentemente refeitos por relações locais, alianças instáveis, traduções culturais e conflitos de forças que não tinham o mesmo poder, os mesmos recursos e as mesmas formas de combate. O presídio, que a documentação oficial tende a representar como ponto avançado da soberania lusa, surge, na realidade, como estrutura dependente de acomodações frágeis, insuficiência de recursos e vigilância constante sobre a presença indígena.

Se, de um lado, a Nova História Indígena recoloca os povos originários como protagonistas, de outro, o debate antropológico sobre guerra indígena ajuda a evitar dois reducionismos. O primeiro consiste em transformar a guerra em uma essência para todas as sociedades nativas; e o segundo, em dissolvê-la inteiramente nas lógicas coloniais, como se nada houvesse de propriamente indígena na condução do conflito. Nesse sentido, Ferguson e Whitehead criticaram a etnografia que descontextualizava a guerra e a considerava como produto espontâneo de povos

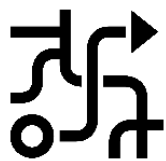


supostamente *primitivos* (Ferguson; Whitehead, 1992). Já Bamforth, em discussão importante para a antropologia do conflito, lembrou que a violência indígena não pode ser excluída de antemão do campo das continuidades históricas e das formas próprias de organização social (Bamforth, 1994). A tensão entre essas duas vertentes é produtiva, e no caso aqui analisado, convém não reduzir a ação guaicuru nem a reflexo automático do colonialismo nem a traço essencial de belicosidade. A guerra, portanto, deve ser pensada nesta investigação como prática histórica situada, inscrita numa fronteira específica e mobilizada por sujeitos que conheciam, observavam e avaliavam o mundo colonial ao seu redor.

Ao afirmarem, para o universo tupinambá, que a sociedade não existia antes ou fora da memória-vingança, mas se constituía nessa dinâmica temporal e relacional, Cunha e Viveiros de Castro (1985) recusaram a noção de guerra como simples instrumento funcional para manter a ordem prévia. Evidentemente, não se trata de homologar mundos indígenas distintos entre o grupo tupinambá e guaicuru, mas a ideia permanece útil para a minha análise, pois a guerra pode ser formada de produção de sociabilidade, temporalidade e política. No caso guaicuru, ela também se entrelaça com comércio, deslocamento, observação do terreno, oferta de animais, intercâmbios de objetos e controle dos meios de subsistência.

O PRESÍDIO DE COIMBRA E A PRECARIEDADE DA OCUPAÇÃO MILITAR

A documentação encaminhada não começa com o assalto. Antes de dezembro de 1777, Marcelino já vinha reiterando a fragilidade do posto. Em carta de 20 de julho de 1776 (BR MTAPMT FC-CA-0014), o sargento-mor afirmava estar “destituído” de homens competentes em lugar onde havia “muita pouca gente de qualidade” e onde a circunferência se encontrava “infestada de gentílicas nações”. A formulação é reveladora em vários níveis e explicita a autopercepção de vulnerabilidade da oficialidade destacada em Coimbra, indicando que o presídio não estava implantado numa paisagem vazia e mostrando que a sustentação do posto dependia de homens técnicos, mantimentos, artífices e soldados que, raramente, chegavam em número suficiente.

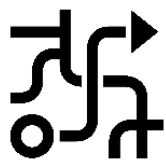


A fonte insiste várias vezes nesse problema. A guarnição de Coimbra reunia dragões, pedestres, auxiliares, caçadores, ordenanças, alguns escravizados a serviço de oficiais ou da Fazenda Real e um conjunto de moradores ligados ao funcionamento cotidiano do presídio. A enumeração referente ao ano de 1778, registrada na carta de 22 de janeiro (BR MTAPMT FC-CA-0025), mostra uma comunidade militar e semimilitar heterogênea longe da imagem de tropa profissional coesa, havendo oficiais, administradores, soldados auxiliares, caçadores, ordenanças, escravizados e colonos cujas roças eram indispensáveis à alimentação local. A guerra, nesse contexto, não atingia apenas a tropa paga, em sentido estrito, mas afetava também um pequeno mundo social dependente das armas para sobreviver.

Essa composição é importante porque relativiza leituras excessivamente institucionais da presença portuguesa na fronteira. A fortificação não deve ser imaginada como corpo militar homogêneo que irradiava disciplina sobre um território passivo. O que a documentação mostra é, na realidade, um entreposto escasso de braços humanos, frágil em recursos, dependente de roçados e da circulação de gêneros, vulnerável a falhas de comando e, sobretudo, incapaz de garantir a exclusividade do confronto. A militarização do espaço, portanto, não eliminava a contingência, mas a explicitava.

Tal contestação se alinha à crítica de Ferguson à tendência de retirar a guerra indígena de sua historicidade. Dizendo melhor, num ambiente como Mato Grosso, o conflito não pode ser entendido como invasão externa de uma ordem colonial já formada, mas como parte constitutiva do próprio processo de organização de fronteira. A *expansão estatal*, para usar a expressão de Ferguson e Whitehead, não aboliu a agência indígena. Ao contrário, produziu uma “zona tribal”, nas próprias palavras da dupla de autores, na qual formas locais de guerra, negociação e aliança foram redimensionadas sem desaparecer (Ferguson; Whitehead, 1992). Dessa forma, Coimbra integrava exatamente esse tipo de espaço, e a presença portuguesa buscava consolidar rotas, vigiar castelhanos, assegurar o rio Paraguai e fixar povoamento militar. Os guaicurús, por sua vez, observavam esse esforço, intervinham nele e o submetiam a crises periódicas.

As palavras dos oficiais eram marcadas pela apreensão diante da possibilidade cotidiana de morte, escassez e abandono. Marcelino escreve em tom de

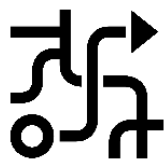


urgência, advertência, acusação e reclamação diante de carregamentos que não chegavam ou chegavam de forma insuficiente. A militarização dos povos convivia, assim, com a sensação permanente de exposição. Para uma história da guerra, a fronteira não se define apenas por combates memoráveis, mas também por durações de medo, expectativa e precariedade.

CULTURA POLÍTICA GUAICURU-KADIWÉU, MOBILIDADE CAVALEIRA E DIPLOMACIA DE FRONTEIRA

Antes de analisar a sequência que levou ao ataque de 1777-1778, convém situar os guaicururus em uma cultura política própria, marcada pela mobilidade, pela guerra, pela diplomacia e pela construção de alianças do espaço Chaco, do Pantanal e do rio Paraguai. A análise de Andrey Cordeiro Ferreira demonstra que os guaicururus e os guanas tiveram papel decisivo na consolidação da conquista portuguesa em Mato Grosso e, ao mesmo tempo, criaram obstáculos contínuos à sua estabilização (Ferreira, 2009). Essa aparente contradição é central. Resistência, colaboração, aliança e conflito não devem ser lidos como posições fixas, mas como modalidades alternadas de ação em uma fronteira disputada. A própria relação guaicuru-guana, descrita por Ferreira como sistema de aliança e subordinação, mostra que a política indígena regional não se organizava apenas em resposta aos portugueses ou espanhóis, mas também por meio de hierarquias, dependências, serviços, rivalidades e supremacias construídas entre diferentes povos indígenas.

Nesse universo, a imagem dos guaicururus como *índios cavaleiros* não pode ser tomada apenas como estereótipo colonial ou figura posterior de memória regional. Ela remete a uma capacidade efetiva de mobilidade e combate, ainda que frequentemente reinterpretada, estetizada e apropriada por discursos não indígenas. A leitura de João Carlos de Souza sobre a iconografia guaicuru-kadiwéu mostra que a representação da cavalaria, difundida desde Debret, converteu-se no Mato Grosso do Sul em símbolo de resistência guerreira e identidade regional, mas também produziu um mito capaz de obscurecer os Guaicuru-Kadiwéu vivos e suas reivindicações territoriais (Souza, 2019). Para este artigo, esse cuidado é importante. Não se trata de reiterar a figura romantizada do guerreiro cavaleiro, mas de



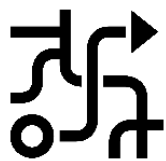
compreender como a mobilidade e a ação guerreira funcionavam, no século XVIII, a partir de elementos de intervenção política sobre a fronteira portuguesa.

A demanda por determinados objetivos precisa ser lida no interior de uma gramática política de reciprocidade na qual presentes, animais, alimentos, ferramentas, adornos e objetos de prestígios não eram apenas de uma cena diplomática, mas sinais materiais de reconhecimento, aliança e posição. A recusa ou impossibilidade de atender a uma expectativa de dádiva podia ser percebida como falta de consideração, quebra de reciprocidade ou diminuição da autoridade daquele que negociava diante de seus acompanhantes. Assim, o desagrado do chefe, como veremos, não explica sozinho o ataque, mas revela o ponto em que uma relação instável de amizade, troca e cálculo se converteu em confronto aberto.

DA APROXIMAÇÃO DIPLOMÁTICA AO ASSALTO: NEGÓCIO, FESTA E RUPTURA

Em dezembro de 1777 ocorre o primeiro movimento decisivo da sequência documentada na carta de 22 de janeiro de 1778 (BR MTAPMT FC-CA-0025). Marcelino enviou um cabo de patrulha ao alto de um morro e soube, a partir dali, que um número de “índios cavaleiros” se aproximava do presídio. O recurso à patrulha ao se elevar na geografia do terreno é importante, pois tanto os portugueses quanto os guaicurús dependiam da observação do relevo para antecipar movimentos. Pouco depois, os indígenas apareceram no portão e foram recebidos pelo capitão Miguel. Um deles era conhecido da tropa por ter servido, no ano anterior, como “língua”, isto é, como intérprete na comunicação entre “os seus e os nossos”. Esse detalhe vale ser sublinhado. A fronteira não era espaço de incomunicabilidade absoluta. Havia mediadores, pessoas reconhecidas por ambos os lados, capazes de traduzir intenções, barganhas e promessas, fazendo com que os possíveis conflitos passassem, antes, pela linguagem.

A cena seguinte é diplomática. Marcelino afirma que desejava “selar com eles uma grande amizade fixa”, e o cacique apareceu com cerca de quarenta acompanhantes, havendo abraços e demonstrações de alegria. Perguntou-se se possuíam gado, carneiros e cavalgaduras para negócios, e os visitantes afirmaram

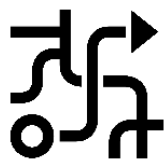


que sim. Em seguida, os militares ofereceram farinha e água, enquanto o sargento determinava que se distribuíssem barretes, facas, fumo, pratos de estanho, verônicas e um varal de peixes. Ao fim do encontro, os indígenas partiram montados, levando consigo lanças e fazendo fogo. Essa passagem é central para o argumento do artigo por duas razões.

Primeiro, porque desmonta qualquer narrativa que opunha, desde o início, portugueses pacíficos e indígenas belicosos. O que a documentação registra é um circuito de troca. Os guaicurus chegam como cavaleiros, são recebidos, negociam, entram no horizonte do comércio de animais e recebem brindes. A relação é diplomática e material ao mesmo tempo. Em segundo lugar, o episódio mostra que a chamada “amizade” era conveniente e calibrada por presentes, reciprocidade, interesse e cálculo.

Algumas semanas depois, o mesmo grupo reaparece. Sinais de fumaça são vistos “pela parte de cima, pela parte de baixo e pelo sertão”, cercando a fortificação em múltiplas direções. Marcelino manda sair “dois batalhões armados em guerra” para verificar a distância dos fogos e identificar quem os produzira. Em seguida, observadores avisam que a “multidão de índios cavaleiros” seguia para o quartel. Toca-se a bateria e cada um ocupa seu posto. Mas logo se percebe que eram os mesmos indígenas de antes, agora trazendo gado, cavalos e carneiros. O capitão Miguel continua a servir como mediador, embora mais desconfiado que seu superior Marcelino. Ao solicitar a presença do cacique, aproximam-se quatro nativos designados na fonte como Felipe, Ignácio, Ramon e Francisco. A nomeação é um detalhe expressivo e indica aproximação prévia, em algum grau, de reconhecimento individual, além de enquadramento onomástico típico do contato colonial.

Um grupo de mulheres guaicurus foi integrado ao quarteto e penetrou na fortaleza. Ofereceu-se farinha e os visitantes permaneceram até tarde. Houve “muito barulho” de indígenas e soldados, e Marcelino, incomodado, ordenou que o ajudante “recolhesse os nossos”. Sua ordem não teve efeito, e soldados andavam entre os indígenas. O capitão foi então incumbido de advertir que era hora do toque da missa. É notável a densidade relacional dessa cena. O que nela se vê não é apenas intervalo entre duas hostilidades, mas espaço de convivência provisória, circulação mista, ruído, festa, bebida e afrouxamento da disciplina militar. A fronteira, nesse instante,

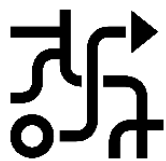


deixa de parecer linha nítida entre corpos separados e em atrito e se torna lugar de mistura controlada (ou mal controlada).

A ruptura se dá quando o cacique vai a Marcelino para um último brinde com “bebida e marmelada”, recebendo espelhos como presente. O chefe indígena demonstra desgosto e, quando interpelado, responde que queria “barretes”. É informado de não havia barretes disponíveis. A narrativa colonial apresenta essa sequência como causa imediata do ataque, mas é preciso lê-la com cautela. A demanda frustrada não pode ser reduzida ao capricho do chefe, pois condensava expectativas de reconhecimento, reciprocidade e prestígio. Em seguida, Marcelino vê um “arranco de gentios com porretes indo em direção ao portão do presídio”. A barreira não fora fechada às seis da tarde, “como de costume”, e os revoltosos transpuseram a abertura enquanto outros “invasores, correndo da ponta do morro”, engrossaram o assalto. Ao amanhecer, o comandante acusa as festas da noite anterior, responsabiliza o capitão Miguel e denuncia que a guarda se encontrava em desordem. Alega que o ajudante mandara esconder as armas de fogo no mato, cobrindo-as com folhas e panos, enquanto outros soldados vagavam entre os indígenas, uns fazendo negócios e outros conversando.

Esse trecho é central para a análise. Primeiro, porque mostra que a passagem da negociação à guerra não se faz por oposição entre paz e violência, mas dentro do próprio regime de troca, quando a ausência do presente desejado, em contexto saturado de expectativa recíproca, funcionou como gatilho documentalmente visível de uma tensão mais ampla, e não como explicação isolada do ataque. Em segundo lugar, porque expõe a dimensão tática da ação guaicuru. Os indígenas atacam uma fortaleza, investem quando já conhecem a rotina, percebem a barreira aberta, observam a dispersão dos soldados e se beneficiam da desorganização interna. Em terceiro, porque o documento registra algo decisivo para a história da guerra indígena: os guaicurus articulam diplomacia, observação, pressão numérica, mobilidade cavaleira, entrada controlada de pequenos grupos e ataque concentrado ao ponto vulnerável.

À luz da discussão entre Ferguson e Bamforth, essa situação é bastante elucidativa. Seria pouco rigoroso classificá-la como simples prova de uma guerra endêmica e intrínseca dos guaicurus. Também seria insuficiente tratá-la como reação



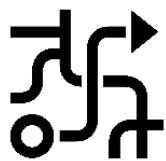
espontânea ao avanço colonial, como se não houvesse aí uma forma própria de condução do conflito. O caso sugere uma leitura distinta. Os guaicurus agiram em contexto colonial específico, mas o fizeram com inteligência política e militar própria, combinando negociação, presença performática, demonstração de amizade, demanda material e assalto oportuno.

Ao comentar a guerra tupinambá, Cunha e Viveiros de Castro fixaram que ela não podia ser reduzida a uma ideia de forma de enfrentamento indígena fixa e imutável diante das circunstâncias. Guardadas as diferenças, a guerra guaicuru não se mostra nada estática ao ordenar relações, distribuir medo, produzir memória em Marcelino e reconfigurar o espaço político da fronteira. O sargento-mor, em sua ira, percebe isso de modo invertido ao dizer que o “gentio” era “mais sagaz e astuto”, e que dali em diante deveria ser considerado, em suas palavras, “astuciosas alegorias para nos fazerem hostilidades”. Com isso, buscava desqualificar o adversário, mas acabava por reconhecer, involuntariamente, uma inteligência estratégica, ao menos segundo a leitura aqui proposta.

BAIXAS, RESENTIMENTO E COLAPSO LOGÍSTICO

Depois do ataque, a carta de 22 de janeiro de 1778 (BR MTAPMT FC-CA-0025) muda o tom. A linguagem da amizade cede lugar à retórica do ressentimento. Marcelino escreve que se justificava a tradição dos “sertanistas antigos”, para os quais nem portugueses nem espanhóis podiam confiar na amizade com o gentio, porque seus contratos acabariam em “funestos fins”. Em seguida, afirma que “semelhantes gentios só a ferro e fogo poderão ser domados e castigados”, e promete que não lhes perdoaria em novo encontro. Essa formulação deve ser lida com cuidado, pois não deve ser reproduzida como diagnóstico histórico, mas compreendida como reação colonial a uma experiência de descontrole. O ataque desorganizou a hierarquia militar, expôs a vulnerabilidade do presídio e feriu, ao mesmo tempo, corpos, rotinas e expectativas de autoridades. A defesa da violência exemplar surge como sintoma da crise da posição portuguesa.

Esse deslocamento de linguagem possui grande interesse historiográfico. Em trabalhos como os de Almeida (2010; 2013), percebe-se que o vocabulário colonial

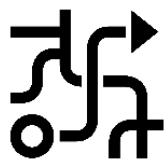


sobre os povos originários oscilava entre integração, tutela, distinção, amizade e *barbarização*. Marcelino encarna bem essa oscilação. O mesmo homem que poucas páginas antes ofereceu farinha, água, peixes, espelhos e sinais de acolhida passa a reivindicar castigo “a ferro e fogo”, não havendo, portanto, uma essência colonial estável e nem uma particularidade indígena imóvel. O que ocorreu foi uma reconfiguração discursiva produzida pelo encontro e pela derrota, e a leitura desse movimento permite historicizar as categorias coloniais em vez de tomá-las como verdades sobre os povos originários.

O ataque também teve consequências materiais severas. Marcelino insiste em que perdeu “tanta gente” e que ficou “enfraquecido e inável [sic]” para continuar as obras, e que o posto “padecia” sem os artífices (BR MTAPMT FC-CA-0025). A morte do ferreiro aparece como dano gravíssimo, pois retirava do presídio um agente indispensável à manutenção de ferramentas, armas, ferragens e estruturas materiais da defesa. A informação explicita que as fortificações não se sustentavam apenas com coragem, armas e ordens, mas dependiam também de especialistas, utensílios, remédios, transporte e manutenção constante. A perda de um ferreiro, nesse contexto, comprometia uma peça fundamental da infraestrutura militar.

Isso vale para a saúde. Marcelino diz ter ficado “sem cirurgião e remédios”, e que os sobreviventes “não há com que se curarem senão com sal e fumo, que nem uma gota de aguardente se achou no armazém”. Em outra passagem, lamenta não dispor sequer de galinhas para fornecer alguma alimentação reconfortante aos enfermos. Esse dado desloca o foco da história militar estrita para uma história mais ampla da materialidade da guerra, sendo que a ação guaicuru não produziu somente mortos e feridos, mas gerou, na mesma intensidade, colapso terapêutico, escassez alimentar e dificuldade de continuidade administrativa.

A lista de materiais requerida em 9 de fevereiro de 1778 (BR MTAPMT FC-CA-0027) confirma esse quadro. Marcelino solicita “cromentina [sic]” para remédios dos enfermos, óleo de copaíba, espírito de ferrugem, pós restaurativos, panela para a cozinha do hospital, baetas, papel em branco, boletos para cartuchos, aguardente do reino para curativos, alcânfora, tábuas de cedro para caixões de farinha, sal do reino, aguardente de cana, cordas, bálsamos, cadeados ingleses grandes e azeite de mamona para as luzes. A variedade dos itens é eloquente, abrangendo materiais de



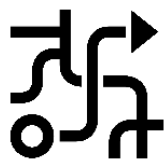
hospitais, munição, burocracia, armazenamento, iluminação e defesa. O presídio não estava apenas atingido militarmente, encontrava-se também administrativamente depauperado, e a guerra, nesse nível, apresentava-se como ataque ao funcionamento global da máquina colonial.

Esse ponto ajuda a retomar a contribuição de Restall e da *New Conquest History*. Em Coimbra, no oeste da América portuguesa, o ataque guaicuru atinge exatamente a logística da conquista, e a fortificação portuguesa sobrevive, mas em frangalhos, com menos homens, menor capacidade técnica e menor segurança alimentar. A intervenção indígena, dessa maneira, não deve ser medida apenas pelo número de mortos causados, e sim pela habilidade de tornar incerta a própria produção da presença colonial.

O MEDO RETORNA: PATRULHAS, TIROS, ASSOVIOS E ROÇAS DESTRUÍDAS

A carta de 9 de fevereiro de 1778 (BR MTAPMT FC-CA-0027) mostra que o episódio de janeiro não se encerrou nele mesmo. Marcelino temia nova investida e sabia que seu efetivo era insuficiente até “para proteger os pontos arriscados”, declarando-se “incapaz de poder castigar o inimigo ou afugentá-lo para longe”. Essa frase condensa a inversão estratégica em curso, sendo que a fortificação, idealmente concebida para conter ou repelir o adversário, já se posicionava como sitiada, limitada à defensiva e mal equipada.

Na mesma correspondência, o comandante relatou ter enviado um trilhador para contornar o morro. O homem encontrou trilha de gentio, cheiro de substância usada por eles e sinais de que pretendiam “lançar fogo no mato”. Como perceberam ter sido notados, os indígenas se retiraram. Na noite seguinte, tornaram a beirar outra patrulha e novamente se retiraram quando sentiram vigilância. Marcelino resume o quadro dizendo que continuaram “o seu desaforo” no dia 2 de fevereiro, repetindo “as mesmas investidas de retirada”. É um padrão significativo ao apontar que os guaicurus não agem apenas por meio do assalto frontal, mas exercem pressão intermitente rondando, aproximando-se, testando a percepção dos sentinelas e se retirando. Produzindo tensão permanente.

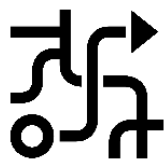


A carta menciona ainda que seis dias antes, por volta das onze da noite, um tiro e um assovio foram ouvidos na escuridão, e os soldados passaram “todas as horas sob as armas”, receosos de emboscada. Nada aconteceu naquele momento, mas o não acontecimento também é analiticamente relevante. Em termos de experiência militar, a espera armada, o susto, a incerteza e o despertar noturno fazem parte da guerra tanto quanto o combate efetivo, pois o inimigo, mesmo sem disparar novo assalto, já condiciona os ritmos do sono, da guarda e da circulação.

O controle sob os roçados constitui, talvez, o aspecto mais revelador da continuidade guaicuru na carta de 9 de fevereiro de 1778 (BR MTAPMT FC-CA-0027). Encontrando sua rocinha atacada, José Alves de Souza pediu a Marcelino para averiguar outra plantação. Viu milho quase maduro e, percebendo que alguns pés haviam sido arrancados, seguiu os rastros e encontrou um pouso com “muitas camas” e brasa ainda quente. Deduziu que os indígenas fugiram pela manhã. Mais tarde, quando voltou em março, constatou que os guaicurus haviam chegado antes e colhido as espigas. Além disso, os indígenas arrancaram as raízes dos milharais, provavelmente para não brotarem novamente. Marcelino acrescenta que, mesmo que alguém plantasse em boas terras, “os gentios não deixam planta em pé e em ramos verdes”.

Aqui a intervenção guaicuru atinge uma dimensão importante para a história colonial: a capacidade de incidir sobre os meios de subsistência. A guerra não se faz apenas no portão do quartel, realiza-se, de igual maneira, no roçado, no milho, na estaca, no pouso, nas brasas da fogueira e na antecipação da colheita. O ataque à plantação possui dupla eficácia. Primeiro, garante apropriação de alimento. Segundo, diminui a possibilidade de abastecimento local dos portugueses. Em regiões fronteiriças, onde as distâncias, os rios, as estiagens e as irregularidade dos comboios já tornavam a vida difícil, destruir roças era estratégia de altíssimo rendimento político.

A literatura sobre fronteiras coloniais nas Américas mostra que o domínio do alimento, da mobilidade e do conhecimento do terreno era tão decisivo quanto o armamento. Na fortaleza de Coimbra, isso aparece de forma pertinente quando José Alves só se dirige ao milharal acompanhado da guarda, pois o espaço agrícola já se convertera em território de risco. O roçado, que deveria simbolizar alguma normalidade produtiva do estabelecimento, torna-se extensão do conflito, e a

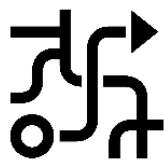


agricultura passa a depender diretamente da capacidade de enfrentar ou evitar os guaicurus.

Convém explicitar essa literatura. Ao diferenciarem *borderlands* e *borders*, Jeremy Adelman e Stephen Aron observam que as fronteiras coloniais constituíam zonas nas quais populações nativas podiam manejar rivalidades imperiais, preservar margens de autonomia e ocupar posições intermediárias antes que os Estados nacionais endurecessem limites territoriais mais exclusivos (Adelman; Aron, 1999). Embora formulada a partir da experiência norte-americana, essa comparação ajuda a iluminar o caso do Forte de Coimbra. O presídio estava em uma fronteira que pertencia a Portugal, mas em uma zona de passagem, observação, disputa e negociação, na qual os guaicurus podiam explorar a distância do centro administrativo, a precariedade da guarnição, a rivalidade luso-espanhola e o conhecimento do terreno.

Dessa forma, a fronteira do rio Paraguai não deve ser descrita apenas como margem remota da soberania portuguesa, mas como espaço produzido por múltiplas presenças. Ali se cruzavam projetos da Coroa, interesses militares, rotas fluviais, roçados, comunicações administrativas, circulação indígena, expectativas comerciais e alianças. A ação guaicuru sobre Coimbra confirma que a fronteira não era uma linha passiva, mas um campo de forças no qual a ocupação colonial precisava ser continuamente testada, refeita e justificada. Ao atacar o portão, rondar as matas, destruir plantações e antecipar colheitas, os guaicurus produziam, na fronteira colonial, um problema político.

Se retomarmos Cunha e Viveiros de Castro, pode-se dizer que a guerra, também aqui, produz temporalidades. O milho quase maduro, a volta em março, a antecipação indígena da colheita, a destruição da raiz e a frustração do ciclo agrícola demonstram que o conflito redefine o tempo da produção. A guerra não interrompe apenas o presente, mas também desloca o futuro esperado do presídio, e aquilo que deveria alimentar a guarnição em mais “algumas semanas” é incorporado a outra lógica de uso do espaço.

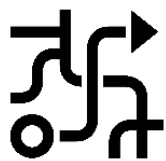


LER MARCELINO CONTRA MARCELINO: AGÊNCIA GUAICURU E LIMITES DO DISCURSO COLONIAL

O maior interesse historiográfico dessas cartas talvez resida no fato de que Marcelino, mesmo escrevendo para exaltar a própria vigilância e pedir socorro ao governador, não consegue apagar a eficácia da ação guaicuru. Ao contrário, sua escrita faz emergir quatro dimensões principais dessa intervenção. A primeira é diplomática: os guaicurus parecem capazes de estabelecer contato, apresentar-se no portão, mobilizar intérprete, fazer-se receber, oferecer animais e sustentar uma linguagem de amizade condicionada pela reciprocidade. A segunda é tática: observam relevo, movem-se pela mata, aproximam-se em grupos maiores ou menores, distribuem-se “pela parte de cima, pela parte de baixo e pelo sertão”, testam a guarda, entram no presídio e atacam quando a disciplina se encontra frouxa. A terceira é logística: controlam ou perturbam circulação, colheita e abastecimento. A quarta é psicológica: mantêm a guarnição em estado de medo continuado.

Essas dimensões permitem afastar duas leituras. A inicial seria a de uma história puramente militarista, em que o episódio valeria apenas como caso exemplar da falha defensiva portuguesa. Houve, sem dúvida, erro da guarda, abertura indevida do portão, desorganização e comando vacilante. Mas se a análise se detém apenas nisso perde o essencial, que é a qualidade da ação indígena que tornou essas falhas operacionalmente decisivas. A outra leitura redutora seria a de um texto simplesmente vitimista do sargento-mor. Marcelino escreve, em grande medida, para se defender. Contudo, sua autodefesa também revela a força do adversário e, em consequência, a fonte produz, ainda que involuntariamente, uma documentação de protagonismo indígena.

Povos originários constantemente viveram entre negociação e conflito, como já observado por John Monteiro e Maria Regina Celestino de Almeida, e, a partir disso, observo que os guaicurus não se mantêm exteriores ao mundo do presídio, mas entram nele, trocam objetos, falam por intérprete, demandam presentes específicos, conhecem hábitos dos soldados e escolhem o momento de hostilizar. A fronteira, assim, aparece como zona de contato conflitiva.

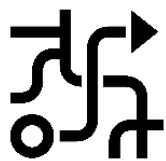


Ao sintetizar a *New Conquest History*, Matthew Restall, como já apontado, mostrou que a narrativa tradicional da conquista se sustentava em parte por apagar aliados e mediadores não europeus, substituindo processos relacionais complexos por façanhas individuais de conquistadores. O caso examinado convida à operação inversa, ou seja, recoloca os guaicurus como autores do acontecimento. Não porque fossem os únicos agentes em cena, mas porque, sem sua iniciativa diplomática, tática e material, simplesmente não haveria o episódio tal como a fonte registra. Isso significa que a guerra não acontece a eles e nem os torna simples receptores da belicosidade portuguesa, mas é produzida por eles próprios.

Isso não implica, entretanto, assumir sem crítica a tentativa do historiador em militarizar a sociedade guaicuru à maneira portuguesa. O que a documentação permite afirmar é que, naquele contexto fronteiriço específico, os guaicurus mobilizaram a guerra em estreita associação com diplomacia, troca, mobilidade e apropriação de recursos. Porém, essa observação não autoriza transformar os guaicurus apenas em um povo guerreiro. Ao contrário, o fato de que eles aparecem negociando gado, cavalos, carneiros, presentes e acesso ao interior do presídio sugere justamente uma gama mais ampla de práticas sociais, econômicas e diplomática.

Nesse ponto, a comparação, na medida do possível, com Cunha e Viveiros de Castro volta a ser útil. No grupo tupinambá do século XVI, a guerra aparecia como processo de produção de memória e temporalidade, e não apenas como mecanismo instrumental, ou seja, não sendo somente uma ferramenta, um instrumento ou um recurso empregado para obter algo em troca. No Presídio de Coimbra, as cartas de Marcelino indicam que a guerra guaicuru também deve ser pensada para além da dimensão imediata de combate, pois organiza presença, afirma capacidade de circulação, projeta medo, produz expectativa de vingança no inimigo e inscreve os indígenas como força que não pode ser ignorada. A história da fronteira do rio Paraguai, portanto, não é apenas sobre a presença portuguesa em espaço remoto, mas sim uma correlação de forças em que os guaicurus participaram ativamente.

Há ainda um aspecto importante. Ao lembrar de falta de homens “de qualidade”, Marcelino expõe uma hierarquia social interna ao mundo colonial que também condicionava a guerra. O presídio era ocupado por pagos, auxiliares,



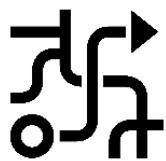
ordenanças, escravizados, colonos e trabalhadores de diversas funções. Essa composição heterogênea da guarnição indica que a defesa não era apenas problema entre portugueses e indígenas, envolvendo também classificações sociais internas, distinções de utilidade, autoridade e prestígio. A ação guaicuru incidia sobre esse universo desigual e atingia não só oficiais, mas homens de baixa patente, roceiros, escravizados e artífices.

Diante desse quadro, o episódio permite articular História Indígena e história social do poder na fronteira. Uma lista nominativa dos moradores e feridos produzida pelo sargento-mor reforça esse ponto ao reunir oficiais, dragões, pedestres, escravizados de diferentes senhores, soldados auxiliares, caçadores e ordenanças. A fronteira armada aparece, assim, como pequena sociedade de guerra. Quando os guaicurus assaltam o presídio, o alvo não é a ideia de um Estado português do Antigo Regime, mas o arranjo mato-grossense de dependências, serviços, coerções e hierarquias, e o protagonismo dos povos originários se exerce justamente ao perturbar esse dispositivo colonial.

O FORTE DE COIMBRA COMO LABORATÓRIO DA FRONTEIRA COLONIAL

O episódio de 1777-78 pode ser lido, por fim, como microcosmo de um problema maior da América portuguesa ocidental, que é a dificuldade de converter postos avançados, presídios e fortificações em domínio territorial efetivo. As estruturas militares coloniais eram concebidas para sinalizar soberania, proteger rotas, conter castelhanos e assegurar circulação. Porém, na prática, sua permanência dependia de elementos muito menos grandiosos, como algum roçado produtivo, comboios que não atrasassem meses, hospital minimamente abastecido, artífices especializados, vigias atentos e relações manejáveis com os povos indígenas do entorno. Quando qualquer desses fatores faltava, e frequentemente faltava, a própria fortificação revelava seu caráter precário.

Nesse sentido, o forte é um laboratório dos limites do poder colonial. A documentação de Marcelino mostra um posto que não controla integralmente o espaço imediato de seus morros, o calendário de fechamento do portão, a circulação noturna e o plantio que deveria sustentar seus moradores. Não significa, entretanto,

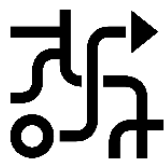


que a Coroa estivesse ausente. Pelo contrário, por meio de cartas, ordens, pedidos e listas, ela se fazia presente administrativamente.

Essa constatação dialoga com as preocupações mais recentes da história das colonizações. A expansão colonial não pode ser confundida com avanço de instituições de forma proporcional, mas com acomodações, recuos, dissensos, mediações e derrotas parciais. Como exposto aqui, nesse processo, as populações indígenas não foram apenas vítimas e nem somente auxiliares, mas agentes capazes de bloquear, reorientar ou condicionar formas concretas de ocupação. O ataque ao presídio exemplifica esse tipo de situação. A Coroa instala um posto de vigia e os guaicururus entram em relação ativa com ele, ora negociando, ora ferindo, ora capturando alimento e ora produzindo pânico.

O caso, de maneira geral, explica a necessidade de aproximar História Militar e História Indígena sem subordinar uma à outra. A historiografia militar clássica, em muitas circunstâncias, interessou-se por fortificações, efetivos, armamentos e comandantes, mas tratou os indígenas apenas como ameaça vinda de fora desse sistema. Já parte da historiografia indígena, quando reage a esse modelo, tende a privilegiar aldeamentos, catequese, identidade e legislação, deixando em segundo plano a materialidade armada dos confrontos. O evento analisado pede articulação, pois somente se compreende a ação guaicuru quando se entende a estrutura militar que ela disputa. Por sua vez, só se compreende a crise dessa estrutura quando se considera a iniciativa indígena. A guerra, portanto, é lugar de análise entre esses dois campos.

A densidade do caso deriva ainda do fato de que o conflito não se reduz a batalha aberta, mas também engloba troca de presentes, circulação de mulheres, negociação de animais, toque de recolher, missa, festa, armazém, ferreiro, hospital, milho, fogueira e trilhas no morro. A guerra permeia a vida ordinária da fronteira, aproximando o episódio aqui exposto de uma abordagem mais ampla da cultura de guerra, entendida não apenas como arte operacional do combate, mas como universo de práticas, emoções, objetos e representações que estruturam o cotidiano de uma sociedade armada. Os guaicururus agem dentro desse universo e o transformam, obrigando os soldados a passar a noite sobre as armas ou destruindo roças quase maduras, redefinindo, com isso, a própria textura do tempo colonial.



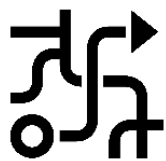
CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso dos ataques guaicurus ao Presídio de Coimbra, tal como reconstituído a partir das cartas de Marcelino Roiz de 20 de julho de 1776 (BR MTAPMT FC-CA-0014), 22 de janeiro de 1778 (BR MTAPMT FC-CA-0025) e 9 de fevereiro de 1778 (BR MTAPMT FC-CA-0027), permite considerar a guerra, na fronteira oeste da América portuguesa, como um dos principais palcos de manifestação da agência indígena. Não porque os guaicurus devam ser reduzidos a povo exclusivamente guerreiro, mas porque, naquele contexto histórico específico, mobilizaram a guerra como forma eficaz de intervenção territorial e política.

A leitura atenta da documentação mostra que os guaicurus não se figuram como pano de fundo da ação colonial, mas são ativos, aproximando-se do portão, acionando intérprete, oferecendo animais para negócio, recebendo presentes, demandando barretes, percebendo a frouxidão da guarda, invadindo a fortificação, produzindo mortos e feridos, mantendo rondas noturnas, ameaçando o mato com fogo, atacando roças, antecipando colheitas e arrancando raízes para impedir a recomposição do milharal. Em outras palavras, condicionam de modo profundo a experiência portuguesa de fronteira, e o local do presídio, pensado como instrumento de controle, aparece como espaço continuamente submetido a esse teste.

O episódio evidencia a precariedade estrutural das instituições militares coloniais. O Forte de Coimbra dependia de poucos homens, de qualidade desigual, de especialistas escassos, de hospital mal provido, de carregamentos incertos e de roçados vulneráveis. Diante dessa realidade, o assalto guaicuru não destruiu apenas uma barreira, desarticulou também uma economia inteira de sobrevivência e administração. A morte do ferreiro, a ausência de cirurgião, a falta de remédios, a escassez de aguardente para curativos e a enumeração minuciosa de materiais necessários revelam que a guerra atravessava dimensões logísticas e cotidianas tão decisivas quanto o confronto armado.

Em linhas historiográficas, o caso analisado confirma a pertinência das abordagens que recusam narrativas triunfalistas da colonização. Em consonância com Ferguson e Whitehead, a guerra indígena precisa ser reinserida na historicidade das expansões imperiais e não compreendida como traço naturalizado de sociedades



isoladas. Em diálogo com Bamfoth, essa guerra não pode ser dissolvida por completo em reações coloniais, pois envolve cálculo, repertórios de ação e inteligência política própria tanto da parte dos colonos quanto da ameríndia. À luz de Cunha e Viveiros de Castro, a guerra pode produzir relações, memórias e temporalidades, não sendo simples instrumento externo de sociedade já datadas preteritamente. Com Monteiro, Almeida, Restall, Silva, Viana, Ferreira e Adelman e Aron, reforça-se a necessidade de recolocar indígenas no centro dos processos de conquista, ocupação, defesa e formação das fronteiras americanas.

Por tudo isso, o episódio é particularmente adequado ao debate proposto pelo dossiê da Revista Trilhas da História sobre guerra e agências indígenas nas Américas. Ele permite ver, com nitidez, que as estruturas militares coloniais não eram apenas dispositivos de dominação impostos sobre sujeitos passivos, mas arenas de interação, negociação e conflito em que homens e mulheres indígenas agiam como protagonistas. Se a historiografia por muito tempo fixou o olhar no presídio, no capitão e na ordem vinda do governo, o caso analisado convida outra inversão ao observar a fortificação a partir daquilo que os guaicururus fizeram com ela. Ao realizar esse deslocamento, descortina-se uma fronteira menos portuguesa, menos estabilizada e menos silenciosa.

REFERÊNCIAS

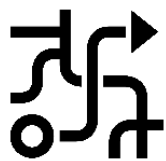
ADELMAN, Jeremy; ARON, Stephen. From Borderlands to Borders: Empires, Nation-States, and the Peoples in between in North American History. *The American Historical Review*, v. 104, n. 3, p. 814-841, 1999.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 37, n. 75, p. 17-38, 2017.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

BAMFORTH, Douglas B. Indigenous people, indigenous violence: precontact warfare on the North American Great Plains. *Man*, v. 29, n. 1, p. 95-115, 1994.



BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

CUNHA, Manuela Carneiro da; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Vingança e temporalidade: os Tupinambá. *Journal de la Société des Américanistes*, t. 71, p. 191-208, 1985.

FERGUSON, R. Brian; WHITEHEAD, Neil L. (orgs.). *War in the Tribal Zone: expanding states and indigenous warfare*. Santa Fe: School of American Research Press, 1992.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. Conquista colonial, resistência indígena e formação do Estado-Nacional: os índios Guaicuru e Guana no Mato Grosso dos séculos XVIII-XIX. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 97-136, 2009.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2001.

ORTNER, Sherry B. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, Miriam Pillar; ECKERT, Cornelia; FRY, Peter Henry (orgs.). *Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas*. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 45-80.

RESTALL, Matthew. The New Conquest History. *History Compass*, v. 10, n. 2, p. 151-160, 2012.

SILVA, Kalina Vanderlei. Agência Indígena na Conquista do Sertão: Estratégias Militares e Tropas Indígenas na “Guerra dos Bárbaros” (1651-1704). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 45, n. 2, p. 77-90, 2019.

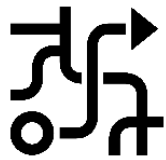
SOUZA, João Carlos de. Os Guaicuru-Kadiwéu e a sociedade sul-mato-grossense, Brasil: iconografia, mito e apropriações. *REA - Revista Euroamericana de Antropología*, n. 8, p. 57-72, 2019.

VIANA, Wania Alexandrino. *Gente de guerra, fronteira e sertão: índios e soldados na capitania do Pará (primeira metade do século XVIII)*. 2019. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019, 361 p.

FONTES

CARTA do sargento-mor Marcelino Roiz ao capitão-general Luís de Albuquerque. Vila Bela, 20 de julho de 1776. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT FC-CA-0014.

CARTA do sargento-mor Marcelino Roiz ao capitão-general Luís de Albuquerque. Vila Bela, 22 de janeiro de 1778. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT FC-CA-0025.



CARTA do sargento-mor Marcelino Roiz ao capitão-general Luís de Albuquerque. Vila Bela, 9 de fevereiro de 1778. Arquivo Público de Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT FC-CA-0027.

Recebido em 18/03/2026

Aprovado em 11/06/2026